

SOBER

Economia solidária e pensamento resiliente – Análise de histórico e ações do Projeto Esperança/Coesperança

Solidarity economy and resilient thinking - Analysis of the history and actions of the Projeto Esperança/Coesperança

Bernardo Rodrigues da Silva¹ , Maurício Machado Sena¹ , Gisele Martins Guimarães¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão a respeito da Economia Solidária (ES), desde a atuação do Projeto Esperança/Coesperança, analisando-o sob as características do Pensamento Resiliente (SIMONSEN, 2012), para isso, realizamos um debate a respeito das definições teóricas da ES; apresentamos um histórico, desde seu surgimento como movimento social nos anos 80 até sua institucionalização como política pública nos governos de Lula e Dilma entre 2001 e 2016; bem como sua perda de relevância política diante da extinção da SENAES. No mesmo sentido, diante das limitações percebidas nas intempéries pelos quais passaram as organizações de ES, propomos o Pensamento Resiliente e os Sistemas de Governança Policêntricos (SGP) como possibilidades de análise da resiliência do projeto frente a essas mudanças e como proposta para a manutenção da autogestão dessas iniciativas. Em nossas considerações finais apontamos a relevância da ES como elemento de geração de emprego e renda para as comunidades vulneráveis, apresentamos a importância do financiamento público para os Empreendimentos sociais e destacamos o pensamento resiliente como possibilidade de aprendizagem diante dos desafios.

Palavras-chave: Economia solidária; Projeto Esperança/Coesperança; Pensamento resiliente; Governança policêntrica

ABSTRACT

The present work presents a reflection about the Solidarity Economy (SE), since the performance of the Projeto Esperança/Coesperança, analyzing it under the characteristics of Resilient Thinking (SIMONSEN, 2012), for that, we held a debate about the theoretical definitions of SE; we present a history, from its emergence as a social movement in the 1980s to its institutionalization as a public policy in the Lula and Dilma governments between 2001 and 2016; as well as its loss of political relevance due to the extinction of SENAES. In the same sense, given the limitations perceived in the bad weather experienced by SE organizations, we propose Resilient Thinking and polycentric governance systems as possibilities maintaining the self-management of these initiatives. In our final remarks, we

point out the relevance of higher education as an element of generating employment and income for vulnerable communities, presenting the importance of public funding for social enterprises and highlighting resilient thinking as a possibility for learning in the face of challenges.

Keywords: Solidarity economy; Projeto Esperança/Cooesperança; Resilient thinking; Polycentric governance

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, ao associar Economia Solidária e pensamento resiliente, conduz o enfoque das reflexões apresentadas neste texto, para uma das experiências de Economia Solidária, mais significativas da América Latina: o Projeto Esperança/Cooesperança. Criado em 1987 na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul é uma proposta de articulação de diferentes grupos sociais em torno da ajuda mútua, solidariedade, autogestão e desenvolvimento sustentável. É composto por experiências de produção, comercialização e geração de serviços coletivos e autogestionados desenvolvidos por pequenos grupos, cooperativas e associações (formais ou informais), de caráter urbano e rural.

Conta com um espaço físico de comercialização de produtos e serviços da Economia Solidária, denominado Centro de Referência em Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter. Este local, de grande importância nas estratégias de produção sustentável, geração de renda, oportunidade de trabalho e consumo consciente, agrega semanalmente os grupos para comercialização e intercâmbio de serviços e produtos no Feirão Colonial, aberto todos os sábados ao público.

O Projeto Esperança/Cooesperança, para além de sua relevância regional, também alcança projeção internacional ao realizar anualmente a Feira Internacional de Cooperativismo (FEICOOP), maior feira de Economia Solidária da América Latina. Somente no ano de 2019, em quatro dias de evento, a Feira reuniu o público de 305 mil pessoas, e representou 3,5 mil empreendimentos vindos de 23 países, 26 estados brasileiros, Distrito Federal e 585 municípios do Brasil (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2019).

Por meio da Economia Solidária (ES) o Projeto Esperança/Cooesperança conecta os grupos para potencializar o desenvolvimento sustentável integrando

empreendimentos sociais, agricultores familiares, mulheres empresárias, selecionadores de materiais reciclados, quilombolas, indígenas e imigrantes, além de outros grupos com vistas à construção de alternativas de geração de trabalho, renda e meios de vida.

A partir das experiências do Projeto Esperança/Coesperança, considerando-se o número de empreendimentos e famílias envolvidas, o alcance da Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP) e as estratégias de autogestão construídas pelos sujeitos do Projeto, o presente artigo apresenta reflexões acerca da Economia Solidária no Brasil tendo como referência analítica a Teoria do Pensamento resiliente de Simonsen, desenvolvida junto ao centro de pesquisa em resiliência de Estocolmo, que busca desenvolver a habilidade para lidar com as mudanças inesperadas, em um contexto sistêmico e complexo de muitas incertezas.

Para tanto o artigo é composto de cinco seções, a primeira delas apresenta esta introdução, na segunda realiza-se uma análise do desenvolvimento da Economia Solidária no País, desde sua conformação como movimento social, passando por sua institucionalização como política pública e ainda o cenário contemporâneo da ES no País, a partir de uma série de modificações propostas pelo Governo Federal a partir de 2019.

A terceira seção traz o histórico, as frentes de trabalho e as experiências do Projeto Esperança/Coesperança como uma das referências em Economia Solidária na América Latina. Por sua vez, a quarta seção apresenta o Pensamento Resiliente e a Governança Policêntrica como uma proposta de análise do Projeto Esperança/Coesperança frente aos desafios econômicos e políticos do Brasil contemporâneo. Por fim, na quinta e última seção são tecidas considerações sobre como os empreendimentos de economia solidária possuem elementos do pensamento resiliente o que fortalece suas relações diante dos desafios que os cercam.

2 DEFINIÇÕES, HISTÓRICO E BASES LEGAIS DA ES: DAS ORGANIZAÇÕES AUTÔNOMAS À INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Conceituar Economia Solidária constitui exercício de adequação e compreensão de diferentes realidades, articulando conhecimento, tempo histórico e cultura. Isso porque são muitos os termos dados, por exemplo, o de economia social na Europa e economia popular na América Latina. Segundo França Filho & Laville (2004), compreender o fenômeno da economia solidária implica conhecer as respectivas dimensões históricas de seu surgimento, o que significa que, na Europa, a Economia Solidária deve ser compreendida dentro da história de uma economia social e, na América Latina, a economia solidária refere-se à tradição de uma economia popular. Assim a base e sentidos de seu surgimento são distintos (MENDONÇA, 2010).

Na América Latina o fenômeno da ES, diante de sua questão histórica, tem sido interpretado como resistência dos setores populares a economia baseada no capital. Para a ES, além do capital, a economia possui a dimensão do trabalho e da vida que atribui outros sentidos à geração de renda. Neste sentido Paul Singer (2002) apresenta a Economia Solidária como “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital, e o direito à liberdade individual” (2002, p.10). Possui como objetivos promover e construir estratégias sustentáveis de Desenvolvimento Urbano e Rural com base nos princípios da Solidariedade, Cooperativismo Alternativo, Autogestão, Organização, luta pela distribuição Justa da Terra e dos Frutos da Terra, defesa do Meio Ambiente, Agroecologia, e do manutenção de saberes tradicionais e formas de vida, como caminhos para a autonomia (Singer, 2002).

Segundo França Filho e Laville (2004) alguns critérios podem ser observados para definição e compreensão de empreendimentos organizados a partir da ES, quais sejam: [1] pluralidade de princípios econômicos, [2] autonomia institucional, [3] democratização dos processos decisórios, [4] sociabilidade comunitária-pública

e [5] finalidade multidimensional. Esses critérios são observados a partir de traços relativos, como:

[...] a natureza e origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade; sua autonomia gestonária e a natureza das relações institucionais que são estabelecidas; o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; o padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir; e sua finalidade. (2004, p. 167)

No Brasil, a história da ES emerge no final dos anos 80 com características de um movimento social autogestionado, com importante influência de grupos religiosos, passando por sua institucionalização como política pública a partir de 2003. Desse ano até meados de 2016¹ a ES ganhou status de Secretaria dentro de Ministérios, tendo significativa relevância nas políticas de geração de trabalho e renda. Já a partir de 2018 mudanças no cenário político nacional acabam por promover alterações nas políticas e estratégias de fomento à ES.

Na linha do tempo histórico a Economia Solidária emerge no Brasil, como alternativa ao avanço do neoliberalismo na década de 1980 e ao processo de Globalização que se intensifica a partir dos anos 1990 provocando forte crise econômica e desemprego. Diante do cenário de miséria que se instalava: “A economia solidária surge como reação à crise na forma de numerosas iniciativas locais.” (FRANÇA FILHO *et al*, 2006). Essa reação se dá a partir de movimentos sociais que passam a buscar formas de construir renda para uma massa empobrecida de trabalhadores. Começam a surgir os coletivos dentro dos movimentos sociais de seguimentos diversos, na busca por organização.

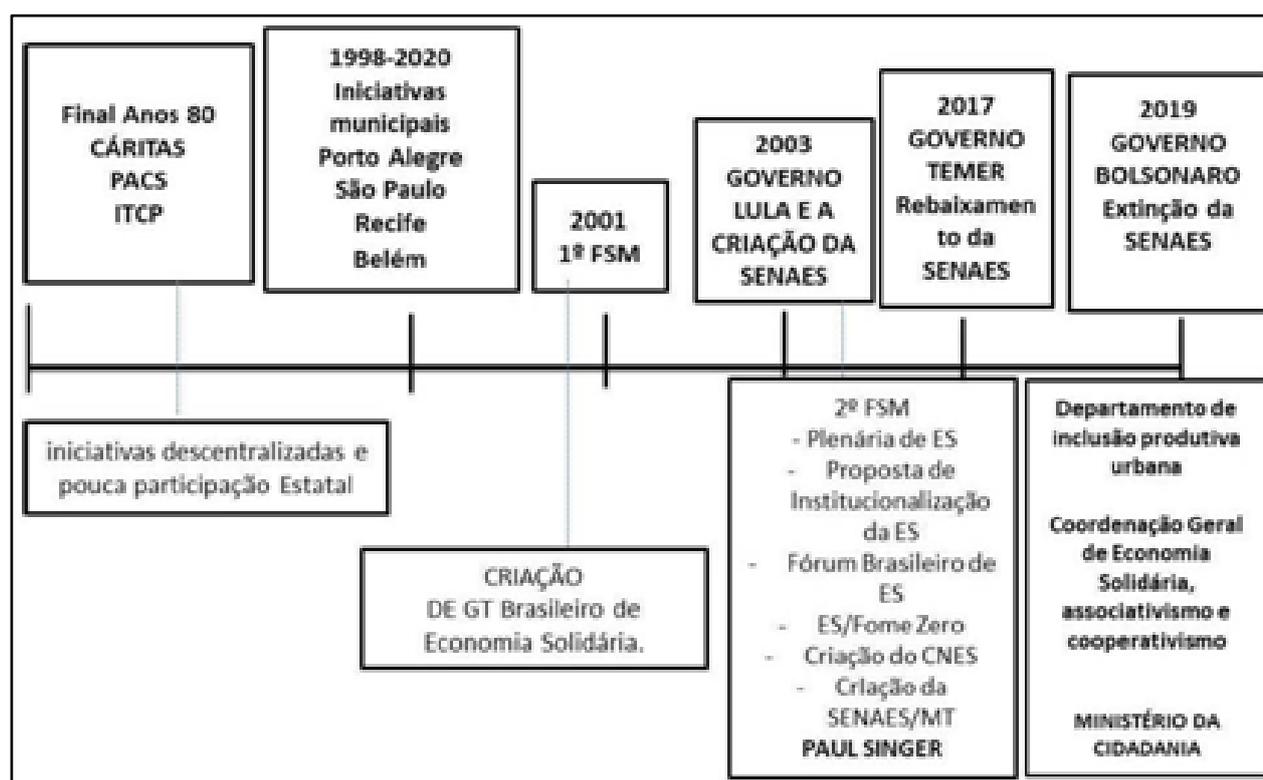
São muitos os marcos históricos da ES no Brasil, dentre eles destaque para o financiamento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) pela Cáritas², no

¹ 2003-2010 – Governo Lula; 2011-2016 – Governo Dilma, 2016-2018 – Governo Temer; 2019- atual, Governo Bolsonaro

² A Cáritas é uma organização humanitária vinculada a Igreja Católica, atuante em mais de duzentos países. Coletiva e individualmente a sua missão é trabalhar na construção de novas estratégias de desenvolvimento a partir da inclusão, especialmente aos ditos “pobres e oprimidos”

final dos anos 80, que destinavam-se a guiar renda e trabalho de forma associativa para moradores pobres da zona urbana e rural. Nesse mesmo período, surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativismo Popular (ITCPs) disponibilizando apoio técnico, logístico e jurídico a fim de viabilizar os empreendimentos autogestionários, surgidos com as PACs, que são “entidades universitárias destinadas à incubação de cooperativas e grupos de produção associada” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.156). Abaixo, na figura 1, apresenta-se a linha do tempo das principais ações de institucionalização da ES no Brasil.

Figura 1 - Linha do Tempo da Institucionalização da Economia Solidária no Brasil (1980-2019)



Fonte: Autores (2020)

Nos anos 1990, destaca-se o crescimento dessas experiências de Cooperativismo Popular, a exemplo da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas); da Federação de Cooperativas de Trabalho do Estado de São Paulo, entre outras.

Nessa fase a Economia Solidária possui caráter autogestionado e plural, com grande influência das comunidades religiosas, com destaque para a Igreja Católica e ligação comunitária, tendo como base de ação a inclusão de trabalho e renda para as populações vulneráveis. No entanto, essa perspectiva de iniciativas descentralizadas e pouca participação Estatal no financiamento e apoio relegava à ES uma espécie de atividade de segundo plano, quando analisada sob a perspectiva do desenvolvimento econômico, afinal, que relevância essas experiências tinham? Que resultados eram observados? Essas e outras perguntas seriam respondidas mais tarde.

Arcanjo e Oliveira (2017) assinalam que no Brasil, no período de 1998 a 2002, algumas iniciativas de fomento a Economia Solidária surgem em prefeituras municipais, dentre elas a prefeitura de Porto Alegre (RS), de São Paulo (SP), Recife (PE), Belém (PA), e ainda o governo do Estado do Rio Grande do Sul e Distrito Federal que passam a desenvolver ações de fomento à ES. Essas experiências, mais os movimentos sociais representam a participação desse segmento no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001, em Porto Alegre.

É a partir do I Fórum Social Mundial que a ES passa a ganhar destaque como possibilidade de política pública a partir de demandas advindas de uma grande rede de atores formada por diferentes grupos políticos, movimentos sociais, membros da sociedade civil e grupos religiosos que vinham se articulando há mais de uma década. Assim, durante o I Fórum Social Mundial é criado o Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária.

A criação do GT permitiu articulação de diversos segmentos e movimentos sociais em prol da criação de políticas públicas para a Economia Solidária no Brasil. Assim, no final de 2002, com a eleição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criam-se as condições favoráveis para a legitimidade de ações estatais para o desenvolvimento da ES no País.

Ao final de 2002, o GT Brasileiro de Economia Solidária elabora uma Carta ao recém-eleito presidente da república, esta, intitulada “Economia Solidária como

Estratégia Política de Desenvolvimento” reivindicava a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como institucionalização da Economia Solidária. A emergência do tema foi bem recebida pelo novo governo (SINGER, 2014). A elaboração e aprovação da carta ocorreram durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo em 2002.

A partir de 2003 outras importantes iniciativas ocorrem no sentido de institucionalização da ES, como a II Plenária Brasileira de Economia Solidária ocorrida durante o II Fórum Social Mundial em Porto Alegre-Rs e ainda a III Plenária, em junho do mesmo ano onde foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), este saiu da III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país.

O Fórum Brasileiro de Economia é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. Atualmente organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2020)

No início da criação do Fórum, para que ele cumprisse com seu papel, se fazia necessário uma política pública nacional de Economia Solidária, que valorizasse os empreendimentos dessas empresas autogestionadas nas diversas regiões do País. Assim a ES estaria encarregada de gerar abastecimento e comercialização nessas comunidades, além de

“[...] trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (em especial, com a lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho).” (FBES, 2020).

A partir dessas características, a ES foi admitida como elo de consolidação do Programa Fome Zero³, que se apresentava como maior expressão do Plano Brasil Sem Miséria⁴, sendo considerada como uma estratégia de inclusão produtiva, direcionada às comunidades mais pobres e populações vulneráveis (SINGER, 2014).

Assim, sua institucionalização começou com o inciso XIII do art. 30 da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que instituiu O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, como órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, integrando o Ministério do Trabalho e Emprego, quando, a partir de junho de 2003, tem-se então a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (SINGER, 2014).

No entanto a institucionalização, dessas práticas coletivistas, solidárias e cooperativas também trouxe uma série de percalços, como relata Paul Singer, ex-secretário da SENAES:

Houve estranhamento com os auditores fiscais empenhados em combater as falsas cooperativas de trabalho que estavam sendo utilizadas – num período de elevado desemprego – para terceirizar atividades a custos ultrarreduzidos, porque na época esses trabalhadores eram considerados “autônomos” e não tinham por isso acesso aos benefícios da legislação do trabalho, que seriam unicamente devidos aos trabalhadores diretamente empregados pela empresa. (SINGER, p. 90, 2014)

Diante dessas tensões, para dar sentido à proposta original da SENAES, garantindo sua inserção nas políticas públicas de inclusão produtiva, foi necessário refinar algumas questões legais (SINGER, 2014) e, através do Decreto Nº 5.811, de 21 de Junho de 2006, se dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do CNES. Em suas diretrizes mantiveram-se as prerrogativas de “I estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de

³ Foi um Programa do Governo Federal, criado em 2003 para combater a fome e suas causas estruturais

⁴ Criado em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria tinha o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014

economia solidária; II - propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária.”

Do ponto de vista organizacional, existe uma variedade de cooperativas, associações e outras iniciativas, que podem estar interligadas à Economia Solidária desde que contemplem os princípios de solidariedade, inclusão, sustentabilidade e emancipação social (GADOTTI, 2008). Da mesma forma, no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária é possível encontrar a descrição e o contato de 20.031 empreendimentos de Economia Solidária, deste total 1.713 estão localizados no Rio Grande do Sul (CIRANDAS, 2017).

A SENAES e o Conselho foram pontos altos na valorização das atividades solidárias de cooperativismo, empreendedorismo social, inclusão produtiva e emancipação financeira para diversos grupos marginalizados. No entanto dentro de uma conjuntura política que culminou no impeachment da então presidente da república Dilma Rousseff e posse de seu vice Michel Temer, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi destituída e elencada à posição de Subsecretaria Nacional de Economia Solidária, dentro do Ministério do Trabalho, com uma diminuição grande de orçamento, restringindo as políticas de apoio e fomento. Esse movimento teve como ato simbólico máximo o afastamento de Paul Singer, em junho de 2016, que figurava como secretário desde a criação da SENAES, sendo um dos principais nomes da Economia Solidária no Brasil estando à frente da elaboração de políticas públicas, publicações acadêmicas e ações de militância da ES em todo o País.

Com o início do governo Bolsonaro (2019-atual), ocorreu a extinção do Ministério do Trabalho, que havia sido criado em 1930, sendo substituído por uma secretaria no Ministério da Economia e teve todas as suas atribuições divididas ainda entre Ministério da Cidadania e o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Estas modificações podem ser encontradas na medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que depois foi convertida em Lei nº 13.844, de 18 de junho de

2019. A Lei nº 13.844/2019 estabelece a organização básica dos órgãos de Presidência da República e dos Ministérios.

Com a promulgação da Lei nº 13.844/2019 a Economia Solidária integra estruturalmente o Ministério da Cidadania através do “Conselho Nacional de Economia Solidária”, no mesmo sentido o artigo 83 regulamenta a realocação da antiga “Subsecretaria de Economia Solidária” e do “Conselho Nacional de Economia Solidária” para o ministério da Cidadania. Assim, a extinção da SENAES foi confirmada no Decreto nº 9.674, de 02 de janeiro de 2019, onde foram definidas as secretarias e departamentos do Ministério da Cidadania. Lê-se na seção III do decreto:

Seção III - Do Ministério da Cidadania

Art. 23. Constituem áreas de competência do Ministério da Cidadania:

II - política nacional de segurança alimentar e nutricional;

III - política nacional de assistência social;

XVII - assistência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos;

XXIV - cooperativismo e associativismo urbanos.

Analisando-se as competências do Ministério da Cidadania no campo da Economia Solidária percebe-se uma redução da abrangência conceitual da ES ao limitar as ações do Ministério ao cooperativismo e associativismo urbano, ocultando as faces da Economia Solidária no cooperativismo e associativismo rural, presentes nas estratégias de organização da agricultura familiar. Além disso, a Economia Solidária foi deslocada da condição de Secretaria a um Departamento, dentro da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, dentro do Ministério da Cidadania, perdendo sua amplitude de ação enquanto política pública no segmento rural. Esse movimento, realizado em dois dias, rompeu um continuum de luta, reconhecimento, organização e articulação da ES iniciada ainda nos anos 80.

Apesar disso, com esse revés surgem novas possibilidades legais de construção da Economia Solidária e manutenção das organizações plurais que a

integram. Cita-se aqui um projeto de lei e uma proposta de emenda complementar que estão em andamento no legislativo federal: a proposta de Lei (PL) nº 519/2015 que tem sua origem na PL do Senado nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias (PDT/PR). A mesma dispõe sobre as sociedades cooperativas e reconhece as cooperativas de ajuda mútua e de viés solidário, que teve nova visibilidade quando, em junho de 2019, a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (Unicopas) “se mobilizou para exigir a apresentação do relatório da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e sua aprovação no Projeto de Lei (PL) nº 519/2015” (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2019). Conforme pode ser visto na redação da PL:

Capítulo II – Da natureza e das características da cooperativa

Art. 2º....

§ 2º. São reconhecidas como cooperativas de ajuda mútua e de viés solidário as que atuam em segmentos sociais economicamente frágeis ou que são vinculadas a iniciativas de superação da pobreza, conforme definido em regulamento.

§ 3º. As cooperativas de ajuda mútua e viés solidário, de que trata este artigo, poderão receber prioridade ou facilidades no acesso a recursos públicos e, também, tratamento tributário e fiscal diferenciado, desde que assim reconhecidas pelo órgão público correspondente previsto no regulamento. (PL nº 519/2015)

A proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2019, de iniciativa do senador Jaques Wagner (PT-BA), recebeu apoio de outros 30 parlamentares. A emenda trata de incluir a Economia Solidária entre os princípios da Ordem Econômica (AGÊNCIA SENADO, 2019). Ao fazer uma leitura da PEC nº 69/2019 (SENADO FEDERAL, 2019), destaca-se o seguinte trecho de justificção para proposição de emenda constitucional, em que: “Há a necessidade de políticas públicas para estimular a economia solidária. A inclusão de economia solidária entre os princípios da ordem econômica possibilitará que políticas baseadas nesse princípio jurídico moldem a realidade, a ordem econômica real.”.

Consequentemente, devido à sua gênese conceitual pode-se dizer que o movimento impulsionado pela Economia Solidária tornou-se símbolo de

resistência na luta pelo trabalho digno e consumo justo, tanto em empreendimentos solidários urbanos quanto em empreendimentos solidários rurais. Desde sua atuação a ES promove o surgimento de organizações mais diversas, democráticas e plurais, em que os sistemas de poder e governança podem ser repensados.

3 O PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA: REFERÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA

O Projeto Esperança foi criado em 1987 na cidade de Santa Maria-RS, com a participação de grupos rurais e urbanos incluindo assim trabalhadores do campo e cidade que buscam sua reprodução socioeconômica, pela inclusão nos projetos de Economia Solidária. Tem seus pilares na promoção do associativismo, o trabalho, a solidariedade, a cidadania e soberania alimentar, como caminho para o desenvolvimento sustentável.

O idealizador do projeto foi o então Bispo de Santa Maria, Dom José Ivo Lorscheiter que na década de 70 tomou conhecimento de um livro, “providencial e profético”, de acordo com palavras dele, cujo título é “A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade”, de Albert Tévoédjéré². A leitura do livro despertou no Bispo a ideia de que, a partir da temática explorada no livro – a transformação pela solidariedade -, algo poderia ser feito.

No 3º Congresso da Cáritas/RS em 1984, Dom Ivo falou da base da obra de Tévoédjéré e defendeu a ideia de um trabalho que valorizasse as “pequenas coisas”, tendo como fundamento a solidariedade. O Bispo desafiou então a Cáritas/RS a criar e desenvolver os projetos alternativos comunitários no Estado como um novo jeito de construir o desenvolvimento e encontrar soluções para os grandes problemas sociais, entre eles o desemprego, o êxodo rural, a fome, a miséria e a exclusão social (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2020).

Assim, em 1985, foram criados, no Rio Grande do Sul, os primeiros Projetos Alternativos Comunitários/PACs, nesse contexto, em 15 de agosto de 1987, nasceu o Projeto Esperança, como um dos setores do Banco da Esperança. Ele foi criado com a função de trabalhar o desenvolvimento de grupos do meio rural e urbano, por meio de pequenos projetos econômicos comunitários e experiências propositoras e desencadeadoras de inclusão social, atendendo, incentivando e coordenando, no âmbito local e regional, projetos de pequeno porte que até então eram atendidos esporadicamente como projetos alternativos comunitários (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2020). O Projeto Esperança/Cooesperança tem como missão :

“promover, incentivar, desencadear e construir o desenvolvimento urbano, rural e regional sustentável, com base nos princípios da mística cristã, solidariedade, cooperativismo alternativo, autogestão, organização, luta pela distribuição justa da terra e dos frutos da terra, economia popular solidária, defesa do meio ambiente, agroecologia, fomento de alternativas à cultura do fumo, colocando a vida em primeiro lugar, com igual participação entre homens e mulheres, com comprometimento, confiança e espírito ecumênico, mediante processos educativos, participativos e transformadores, com o fortalecimento da agricultura familiar, agroindústria familiar, comercialização direta, o consumo justo, ético e solidário, no trabalho de parcerias políticas públicas, com incentivo à melhoria da qualidade de vida, geração de trabalho e renda, na construção de uma sociedade: • Socialmente justa; • Economicamente viável; • Ambientalmente sadia; • Organizadamente cooperativada; • Politicamente democrática, animando e fortalecendo a cultura da sociedade e a valorização do trabalho acima do capital, formando novos sujeitos para o pleno exercício da cidadania e na certeza de que um outro mundo é possível na transformação pela solidariedade (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2020)

Desde sua criação em 1987, o Projeto Esperança/Cooesperança vem sendo referência em Economia Solidária na América Latina, dado o número de sujeitos envolvidos, empreendimentos, áreas de atuação, eventos solidários, atendimentos em saúde, assistência social, envolvimento cultural, político e educacional.

Destaca-se como protagonismo do Projeto Esperança-Cooesperança a organização da Feira Internacional de Cooperativismo (FEICOOP), que é um evento

de Economia Solidária que reúne anualmente várias instituições de diferentes partes do Brasil e da América Latina. Pela sua expressividade e capacidade de articulação, a FEICOOP eleva Santa Maria à “Capital da Economia Solidária”. A Feira que acontece desde 1994, tornou-se evento de cunho estadual (RS) em 1998, Nacional em 2000 e a partir de 2002 ganhou status de Feira Internacional tornando-se em 2005, um dos “braços” do Fórum Social Mundial. A cada ano ela é realizada com a participação de diversas entidades, Comissões voluntários, organizações governamentais e não-governamentais.

Durante todo o Evento ocorrem capacitações, trocas de experiências, Intercâmbios, debates, programas de rádios, TVs, além de uma vasta exposição de produtos dos Agricultores Familiares, dos Quilombolas, dos Povos Indígenas, dos Catadores, Afro-descendentes, Artesãos e várias instituições de ensino, pesquisa e extensão. Abaixo alguns números da FEICOOP - 2019.

Quadro 1 – Números da FEICOOP-2019

Participações	2019
Continentes	03
Estados	27
Países	23
Municípios	585
Universidades	14
Entidades representadas	210
Seminários, oficinas e reuniões	57
Apresentações culturais	55
Número de empreendimentos	1.000
Número de visitantes	305.000

Fonte: Relatórios do Projeto Esperança/Coopesperança (2019)

Em 2020, a FEICOOP, em decorrência da pandemia provocada pela Covid-19 aconteceu 100% on-line a partir de plataformas digitais articuladas por várias instituições de ensino, sociedade civil, movimentos sociais e a própria Cáritas. A FEICOOP edição Especial on-line, como foi denominada contou com países de

todos os continentes, web oficinas, videoconferências formativas em Economia Solidária, trocas de experiências entre os empreendimentos, mostra de arte e cultura e ainda uma grande Feira Virtual da Economia Solidária com mais de 600 empreendimentos cadastrados para comercialização online (RELATÓRIO PARCIAL PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2020).

Além da Feira Internacional do Cooperativismo, o Projeto Esperança/Coesperança organiza há 28 anos o Feirão Colonial, que ocorre todos os sábados pela manhã, reunindo cerca de 100 empreendimentos que oferecem produtos diversos, dentre eles alimentos produzidos pela agricultura familiar. O espaço de comercialização dos produtos no Feirão Colonial é organizado em quatro setores: Pavilhão da Agroindústria Familiar, Pavilhão dos hortifrutigranjeiros, Praça de alimentação (preparação de lanches) e Pavilhão do Artesanato. Em cada setor estão distribuídos os grupos de feirantes conforme os produtos comercializados por eles. Cerca de 300 famílias comercializam seus produtos no local, reunidas em aproximadamente 110 grupos.

São comercializados hortigranjeiros, produtos da agroindústria familiar, plantas ornamentais, artesanato, livros, brechó entre outros, na perspectiva de gerar trabalho, renda e inclusão socioproductiva. Segundo os organizadores do Feirão, mais de 1000 consumidores passam pelo Terminal a cada sábado, elencando este como importante espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar (GUIMARÃES; MIRANDA, 2020)

Além disso faz-se importante, a citação de outras ações de Economia Solidária organizadas pelo Projeto Esperança/Coesperança, além da FEICOOP e Feirão Colonial: a) Feira da Praça Saldanha Marinho: realizada mensalmente, com duração de uma semana, onde empreendimentos rurais e urbanos comercializam seus produtos; b) Teia Esperança, compreendendo a rede dos empreendimentos solidários, criada no início de janeiro de 2003, para motivar o comércio justo, consumo ético e solidário; c) Produção e Arte Esperança: empreendimentos solidários que exploram o artesanato; d) Catando Cidadania: apoio à Associação

dos catadores de rua, de resíduos sólidos e reciclagem de lixo doméstico urbano; e) Agricultura familiar e agroecologia: como caminho para preservação do meio ambiente, fornecimento de produtos de qualidade e sem agrotóxicos; f) COOPSOL – Cooperativa das crianças: uma iniciativa inovadora para investir na formação das crianças e contribuir na formação do cooperativismo mirim e na economia popular solidária; g) Alternativas à cultura do fumo: suas metas fundamentais são fomentar e incentivar alternativas viáveis à cultura do fumo; motivar os consumidores do tabaco a parar de fumar; contribuir na proposição de políticas públicas para as culturas alternativas ao tabaco; h) Ponto de Cultura Coesperança: articulação de coletivos de arte e diversidade que interagem com as ações do Feirão Colonial, FEICOOP e outras ações do Projeto (DIOCESE DE SANTA MARIA, s/data-a).

Por fim ressalta-se o protagonismo do Projeto Esperança/Coesperança nas articulações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, atuando fortemente na esfera da dimensão de inclusão social, disponibilizando espaços de integração para a transformação social e pessoal, buscando construir opções não só na esfera econômica, mas também promovendo o lado social do desenvolvimento.

4 PENSAMENTO RESILIENTE E GOVERNANÇA POLICÊNTRICA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO PROJETO ESPERANÇA/COESPERANÇA

Assim, percebemos que apesar da segurança, jurídica e financeira, diante da institucionalização estatal da ES, a instabilidade política pode gerar traumas nessas atividades, bem como se percebem limitações e conflitos relacionados à participação, democracia, autogestão e liberdade entre as organizações e os indivíduos que integram essas experiências. Essas relações produzem uma importante abordagens teóricas e perspectivas de análise tem mudado com o tempo.

No entanto, com a emergência de outras formas de associação, parceria e cooperativismo novas matrizes teóricas têm ganhado espaço junto aos estudos

nessa área, entre elas a Resiliência tem se destacado, ao propor uma linha de análise e reflexão que congrega a abordagem sistêmica, a preocupação com a sustentabilidade e o respeito às iniciativas.

É nesse contexto de complexidade das relações sociais que se estabelece que a Resiliência tem ganhado destaque diante da análise da manutenção, adaptabilidade, replicabilidade e organização dos elementos que constituem os sistemas. Nos aprofundamos nessa temática a partir dos estudos do centro de pesquisas em resiliência de Estocolmo (Stockholm Resilience Center) fundado em 2007 com o objetivo de avançar na pesquisa para governança e gestão de sistemas sócio-ecológicos a fim de garantir serviços ecossistêmicos para o bem-estar humano e resiliência para sustentabilidade de longo prazo.

De acordo com Moberg e Simonsen essa concepção parte do princípio de que diante da necessidade de adaptação frente a uma mudança as organizações, compreendidas como sistemas socioecológicos, como o Projeto Esperança/Coesperança por exemplo, apresentam uma capacidade de aprendizado, mudança e reorganização.

Nesse sentido a Resiliência:

Se trata tanto de la resistencia como de la capacidad de adaptación, la capacidad de convertir las conmociones y las alteraciones (como una crisis financiera o los cambios climáticos) en posibilidades de renovación y un pensamiento innovador. El pensamiento resiliente comprende el aprendizaje, la diversidad y principalmente comprender que las personas y la naturaleza están tan vinculadas que deben ser interpretadas como un sistema socio-ecológico imbricado por completo. (MOBERG; SIMONSEN, 2012, p. 03)

Assim, de acordo com os autores, os sistemas altamente resilientes apresentam três (03) elementos básicos, entre os quais identificamos facilmente o Projeto Esperança/Coesperança.

A Conectividade que é determinada pela mediação estabelecida entre os diferentes sistemas que lhe são compatíveis, como a interação do Projeto com demais organizações que realizam o mesmo trabalho ou que lhe podem dar

suporte, numa perspectiva de conectividade externa. Da mesma forma, engloba a maneira como os recursos ou atores sociais se dispersam, migram, interagem e se comunicam dentro do mesmo projeto, ou seja, uma conectiva interna do sistema socioecológico.

Desde a Conectividade o Projeto possui uma grande rede de alianças e apoios, entre os quais destacamos: Misereor e Katholische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe E.V. Cáritas Regional - RS, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Emater, Prefeitura Municipal de Santa Maria, entre outras organizações, como Sindicatos, ONGs, Movimentos Populares, Pastorais Sociais, Agências de Crédito Popular e Cooperativas. Além disso, as reuniões semanais entre os empreendedores sociais, realizadas após cada Feirão aos sábados, proporcionam um espaço e geram oportunidades que facilitam a participação e o diálogo entre os mesmos, em que a própria dinâmica do Feirão potencializa a troca entre empreendimentos e a comunicação para a resolução de problemas.

Também inclui a Diversidade que apresenta três aspectos inter-relacionados, de variedade - quantos elementos são diferentes, de equilíbrio - quantos de cada elemento existem, e da disparidade - quão diferentes são os elementos entre eles, revelando que a dinâmica entre esses elementos, indivíduos e relacionamentos podem lhe conferir uma alta capacidade de adaptabilidade. Também identificamos uma subcategoria, muito importante para os sistemas resilientes, que é a Redundância quando, na falta de um elemento outro semelhante pode substituí-lo sem interromper de forma traumática os processos do sistema.

Desse modo, a partir de uma formação diversa, as associações do Projeto são compostas por microempreendedores locais, ecologistas, grupos de agricultores familiares, cozinheiros naturais, artesãos indígenas das etnias Kaigangs e Guaranis, pequenos comerciantes e uma grande variedade de grupos étnicos e comunitários. Existem também projetos de integração para grupos de migrantes que chegaram recentemente: trabalhadores do Senegal, Nigéria e Haiti. Assim, temos no Centro de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheister um espaço de

integração, intercâmbio, comercialização, produção e consumo, gerando recursos e investimentos todos os sábados, no Feirão Colonial, entre mais de 200 participantes.

Feedbacks, ou Retroalimentação, podendo ser negativas quando as ações realizadas pelo Projeto, são prejudiciais ao sistema e/ou positivas quando geram sinergias benéficas e ganhos ao sistema. Assim a retroalimentação implica a manutenção de sua própria agência, ativando um mecanismo, processo ou sinal que retorna em um determinado momento, para influenciar o sistema novamente.

Assim mesmo, os processos gerados pelo Esperança/Coesperança alimentam e fortalecem ações de produção familiar, regional e agroecológica a partir de um Novo Modelo de Cooperativismo Alternativo, em que as decisões são tomadas coletivamente, da mesma forma que o financiamento das atividades parte da contribuição voluntária dos indivíduos da organização. No mesmo sentido, estabelece um pano de fundo entre solidariedade, criação de empregos e renda, com a valorização da sustentabilidade e formas associativas e cooperativas de organização

Desde essa leitura, não tomamos resiliência como a capacidade de um sistema em resistir às mudanças, antes disso a percebemos como uma possibilidade de adaptabilidade diante dos novos cenários e de possíveis mudanças. Acrescentando a essa concepção a dimensão temporal, pensando que, quando um sistema altera suas características, diante de um desafio, ele é capaz de manter sua identidade e auto-organização, desde que esteja disposto ao rearranjo de seus elementos endógenos, com a possibilidade de continuar a se desenvolver.

Essa capacidade de adaptabilidade se apresenta como resultante dos choques, stress e perturbações pelos quais passa um Projeto dessa relevância, uma vez que, diante das incertezas dos cenários temos na proposta do Pensamento Resiliente, a capacidade de incluir o aprendizado, a diversidade e a compreensão de que indivíduos, natureza e organizações estão interconectados.

Parte desse Pensamento surge quando a organização se dá conta de que mesmo apresentando características próprias, suas ações devem ser interpretadas como elementos de um sistema socioecológico interdependente a outros. Dessa forma, a abordagem do Pensamento Resiliente investiga como esses sistemas socioecológicos, podem interagir da melhor maneira possível para garantir o fornecimento, sustentável e resiliente, dos serviços ecossistêmicos dos quais a humanidade depende.

Ao nos aprofundarmos acerca dos princípios do Pensamento Resiliente, temos sete (07) características fundamentais que devem ser buscadas pelos sistemas socioecológicos, a saber: Manter diversidade e redundância; Gerenciar a conectividade; Gerenciar processos variáveis e feedback lento; Promover o pensamento sistêmico adaptativo complexo; Estimular o aprendizado; Expandir a participação e, finalmente, Promover Sistemas de Governança Policêntricos.

Nesse trabalho priorizamos a análise dos Sistemas de Governança Policêntricos, que buscam desenvolver a ação coletiva na resolução de problemas junto aos sistemas socioecológicos, sendo que ao revisitarmos as ações do Projeto Esperança/Coesperança concordamos que as características enumeradas pelos autores são, e foram, contempladas em seus mais de 30 anos de existência.

A governança policêntrica se dá quando se estimula essas tomadas de decisão de forma coletiva, possibilitando o surgimento de instituições aninhadas, onde as hierarquias e etapas burocráticas são contornadas, reestruturadas ou reduzidas para que a decisão caiba as pessoas envolvidas no projeto, ação ou iniciativa. Se opondo aos sistemas monocêntricos, criam-se instituições aninhadas (*nested*) em que se busca a solução de problemas priorizando a especialidade de cada indivíduo do sistema, em detrimento à estrutura e na busca por soluções criativas que se “encaixam” no problema.

Assim, em nossa análise, apontamos que o Projeto Esperança/Coesperança tem realizado estratégias para o fortalecimento de sua do Sistema de Governança Policêntrico, pois busca manter a coesão das ações coletivas contra choques e

mudanças, promovendo resposta nas quais, através de um sistema diverso e plural de participação e de tomada de decisão, diferentes elementos possam responder autonomamente, mas integrados e coordenados.

Nesse sentido ao se promover um SGP deve-se buscar oportunidades para a aprendizagem e a experimentação, permitindo a participação mais ampla dos atores envolvidos, melhorando a conectividade das partes, gerando modularidade ao descentralizar de forma funcional as decisões, potencializando a diversidade de respostas frente aos problemas e desenvolvendo processos redundância capaz de aperfeiçoar, minimizar e corrigir erros no sistema.

Os autores também consideram que a implementação dos SGP geram três (03) desafios aos socioecossistemas, que devem ser levados em consideração, sendo: A necessidade de se manter um equilíbrio entre a redundância de soluções, a experimentação para novas soluções e os custos de envolver membros de diferentes esferas, com diferentes interesses. Negociar as trocas entre as várias esferas e instâncias e a resolução de conflitos políticos, bem como os usos, ganhos e benefícios diante dos recursos comuns em confronto com os interesses pessoais.

Mesmo diante desses desafios, ao integrarem os SGPs o Projeto gera possibilidades para manutenção de suas atividades, promovendo a transição socioecológica, valorizando os produtos regionais, a economia circular e os grupos que o integram e adotam sistemas de produção e comercialização sustentáveis e justos em seus espaços de intercâmbio.

Assim, a dificuldade em manter a coesão nesses sistemas plurais é notável, no entanto, o autor observa que outra razão pela qual a governança policêntrica é mais adequada para a gestão dos sistemas socioecológicos é que "(...) los conocimientos tradicionales y locales tienen muchas más posibilidades de ser tenidas en cuenta. Esto a su vez mejora el intercambio de conocimientos y de aprendizajes entre diferentes culturas y escalas." (SIMONSEN, 2012, p. 16).

De forma mais direcionada, a partir desses policentros, o Projeto Esperança/Coesperança tenta reconstruir e criar uma nova economia baseada em

formas mais justas de troca, compra e venda com base na reciprocidade entre os indivíduos. A partir de ações voltadas à cooperação, autogestão, produção coletiva e comercialização direta, de produtos regionais, articulando exemplos de sucesso internacionalmente reconhecidos. Com um estímulo à inclusão cidadã e ao consumo consciente, agregando agricultores, comerciantes e artesãos de vários municípios da região, proporcionando inclusão social e financeira de grupos vulneráveis e empresas sociais.

Os processos participativos e solidários são a base do Projeto Esperança/Coesperança, em uma perspectiva de que todas as decisões são tomadas em assembleias populares com voto aberto. Da mesma forma, todas as "mesas", ou espaços de comercialização, não são de uma pessoa, por si só, mas de uma associação.

No entanto, essa diversidade de vozes que fortalecem a ação coletiva, também gera conflitos, coletivos e pessoais, como a disputa por pontos de venda mais bem localizados nos pavilhões, uso de pôsteres, rótulos e tickets para promoção própria, a disputa por preços, a falta de diferenciação entre produtores "orgânicos", "convencionais" ou apenas "comerciantes".

Outra das principais dificuldades dos grupos que fazem parte do sistema da Economia Solidária, em especial do Projeto Esperança/Coesperança, é a falta de uma legislação adequada e compatível com o tipo de trabalho e produção executado por eles, num movimento em que periodicamente acontecem conflitos, com os fiscais, que fazem parte dos sistemas de vigilância sanitária municipal e estadual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, devido ao seu caráter e histórico de base popular, é possível notar a importância dos movimentos sociais na força da Economia Solidária. Assim, o que foi construído dentro de políticas públicas para a Economia Solidária, se estabeleceu alinhadamente aos planos dos governos e suas respectivas gestões. Portanto, conforme os governos foram sendo substituídos e, na medida em que as gestões não possuíam consonância com as visões dos movimentos de Economia Solidária, percebeu-se a perda na potencialidade da Economia Solidária enquanto política pública.

Destaca-se também a redução da relevância, conceitual e política da Economia Solidária na atual gestão do governo federal, sob a gestão do presidente Jair Bolsonaro, uma vez que a Economia Social ficou reduzida ao cooperativismo e associativismo urbanos. Assim, com a extinção do Ministério do Trabalho (1930-2018), onde a Economia Solidária surgiu como Secretaria Especial, a partir do Governo de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e estava representada como Subsecretaria na gestão de governo do presidente Michel Temer, a Economia Solidária foi rebaixada à categoria de Departamento, dentro da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana no Ministério da Cidadania.

Percebe-se aqui a redução da Economia Solidária aos empreendimentos urbanos, excluindo-a dos empreendimentos, associações e cooperativas rurais, ao estarmos sob uma nova legislação que nem ao menos menciona os empreendimentos sociais rurais. Além disso, encerram-se as atividades planejadas como políticas públicas tanto para os espaços urbanos, quanto para os rurais, na medida em que são priorizadas a obtenção de recursos e financiamentos através de Emendas Parlamentares.

Nesse sentido, se torna evidente a diminuição dessa importante forma de manutenção das estratégias de produção, comercialização e associativismo em um

momento de estagnação econômica, alta nas taxas de desemprego e aumento na vulnerabilidade social.

No entanto, mesmo diante dessas problemáticas a ES se destaca como uma força motriz e complexa capaz de se rearranjar, sem perder suas características principais, apresentando as capacidades chave dos sistemas resilientes. Nesse sentido, o Projeto Esperança/Cooesperança partilha dessa noção em que a resiliência se apresenta como elemento intrínseco às próprias associações que o compõem.

Assim mesmo a resiliência não se apresenta como solução mágica diante das mudanças repentinas pelas quais passou a Economia Solidária, nem pretende resumir a complexidade desses sistemas aos seus pontos de análise, mas sim, destacar os elementos positivos da própria iniciativa contextualizando-a junto a uma proposta de análise que valoriza seu histórico e seus elementos endógenos.

Assim, ao pensarmos o rural o que ocorre nos espaços de economia solidária e agricultura familiar é a valorização da cultura e saberes dos sujeitos, tendo sua síntese fundamentada na fortificação de processos dialógicos que resultam na conscientização dos sujeitos (FREIRE, 1987). A partir da Economia Solidária, a agricultura familiar encontra alternativas adequadas à sua realidade o que inclui experiências de comercialização coletiva a partir da criação de feiras de comercialização direta, que trazem como argumentos centrais à inclusão socioprodutiva, a valorização dos saberes, o comércio justo e a aproximação de produtores e consumidores como capital social gerado por laços de confiança (SINGER, 2002).

Por fim, ao implicar baixos custos, menor burocracia, dinamismo social e capacidade de potencialização de atividades locais, sustenta-se o argumento de que a Economia Solidária se constitui em uma importante forma de dinamismo econômico e social, junto aos grupos e comunidades nos quais está inserida.

REFERÊNCIAS

ARCANJO, M. A. S.; OLIVEIRA, A. L. M. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e a luta política: seus feitos e seu desmonte. **Revista Perseu**: história, memória e política. V. 1 n. 1. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2017

AGÊNCIA SENADO. PEC inclui a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/10/pec-inclui-a-economia-solidaria-entre-os-principios-da-ordem-economica>>. Acesso em: 11 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.974/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm>. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.844/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm>. Acesso em: 08 out. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 519/2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=953932>>. Acesso em: 13 out. 2019.

CIRANDAS. Portal da Economia Solidária [Internet] Disponível em: <<http://cirandas.net/search/enterprises>> Acesso em: 09-out-2017

FBES. Linha do Tempo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. [Internet]. Disponível em: <<https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>> . Acesso em: 20 fev. 2020.

FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Gisele Martins; MIRANDA, Fernanda. FEIRAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS DO FEIRÃO COLONIAL DE SANTA MARIA-RS, NA VALIDAÇÃO SOCIAL DOS PRODUTOS DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR.. In: Anais do 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu-PR: Cooperativismo, inovação e sustentabilidade para o desenvolvimento rural. **Anais** [...] Foz do Iguaçu(PR) UNIOESTE, 2020. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/sober2020/254262-FEIRAS-DE-COMERCIALIZACAO-DIRETA-NO-CONTEXTO-DA-ECONOMIA-SOLIDARIA-DESAFIOS-DO-FEIRAO-COLONIAL-DE-SANTA-MARIA-RS>>. Acesso em: 01 dez. 2020

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Economia Solidária e a Reorganização do governo Bolsonaro**: o caminho é a mobilização. Redação Leonardo Pinho. Publicação: 30 de julho de 2019. Disponível em: <<https://diplomatiq.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>> . Acesso em: 8 out. 2019.

MOBERG, F.; SIMONSEN, S. H. **¿Qué es la resiliencia? Una introducción a la investigación sobre el sistema socio-ecológico**. Stokholm University – Resilience Centre. 2012. Acesso en: <https://whatisresilience.org/wp-content/uploads/2016/04/What_is_resilience_SP_aktiv.pdf>

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 26ª Feicoop reúne 305 mil visitantes em quatro dias de evento. Publicação: 15 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.esperancacooesperanca.org/single-post/2019/07/15/26%C2%AA-Feicoop-re%C3%BAne-305-mil-visitantes-em-quatro-dias-de-evento>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. Missão. [Site]. Disponível em: <<https://www.esperancacooesperanca.org/missao>> . Acesso em: 10 mar. 2020.

RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F.M.; ASSIS, T.P. **Comercialização solidária no Brasil**: uma estratégia de rede. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014.

SCHNEIDER, L.I.B.; FALCKEMBAK, E. ; FRANTZ, W. . Feira Sabor da Terra: uma experiência de economia familiar no campo da educação popular. **Cadernos do CEOM** (UNOESC), v. 27, p. 133-158, 2007.

SENADO FEDERAL. Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2019. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136639>> . Acesso em: 12 out. 2019.

SIMONSEN, S. H. *et al.* **Poniedo en práctica el pensamiento resiliente: Siete principios para desarrollar la resiliencia en los sistemas socio-ecológicos**. Stokholm University – Resilience Centre. 2012. Aceso en: https://whatisresilience.org/wp-content/uploads/2016/04/Applying_resilience_thinking_SP_aktiv.pdf

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: **SANTOS, B. S. (org.) Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SINGER, P. **Dez Anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária** (SENAES). IPEA: Mercado de Trabalho, Brasília: n. 56, fev. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_a_nos.pdf>. Acesso em: 15 out 2019

SANTOS, A.M. **O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular**. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

SOUZA, R. S. de. **A Condição Organizacional**: O sentido das Organizações no Desenvolvimento Rural, Santa Maria: Editora UFSM

Contribuições de autoria

1 – Bernardo Rodrigues da Silva (Autor correspondente)

Mestre em Extensão Rural; Especialista em Educação do Campo e Agroecologia; Engenheiro Agrônomo

<https://orcid.org/0000-0002-7719-4734> • rodriguesdasilvabernardo@gmail.com

Contribuição: Conceituação | Curadoria de dados | Análise Formal | Investigação | Metodologia | Administração do projeto | Recursos | Supervisão | Validação | Visualização de dados | Escrita – primeira redação | Escrita – revisão e edição

2 – Maurício Machado Sena

Mestre em Extensão Rural; Especialista em Educação Ambiental; Jornalista

<https://orcid.org/0000-0002-9339-3581> • jornal.sena@gmail.com

Contribuição: Conceituação | Curadoria de dados | Análise Formal | Investigação | Metodologia | Administração do projeto | Recursos | Supervisão | Validação | Visualização de dados | Escrita – primeira redação | Escrita – revisão e edição

3 – Gisele Martins Guimarães

Doutora em Desenvolvimento Rural; Mestra em Extensão Rural; Zootecnista

<https://orcid.org/0000-0002-3478-6350> • giseleguima@yahoo.com.br

Contribuição: Conceituação | Curadoria de dados | Análise Formal | Investigação | Metodologia | Administração do projeto | Recursos | Supervisão | Validação | Visualização de dados | Escrita – primeira redação | Escrita – revisão e edição

Como citar este artigo

SILVA, B. R.; SENA, M. M.; GUIMARÃES, G. M. Economia solidária e pensamento resiliente – Análise de histórico e ações do Projeto Esperança/Cooesperança. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v.9, e15, 2022. DOI 10.5902/2359043263589. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043263589>.